



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

WANA EVILLA SOUSA ISAIAS

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL E EXTERIOR**

Rio de Janeiro
2021

Wana Evilla Sousa Isaias

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL E EXTERIOR**

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Luiz Antônio Ochsendorf Leal.

Rio de Janeiro
2021

II74a Isaias, Wana Evilla Sousa
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ESTRATÉGIAS
NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL E
EXTERIOR / Wana Evilla Sousa Isaias. -- Rio de
Janeiro, 2021.
46 f.

Orientador: Luiz Antônio Ochsendorf Leal.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em
Ciências Contábeis, 2021.

1. Educação Financeira. 2. Estratégia Nacional de
Educação Financeira. 3. Finanças Pessoais. I. Leal,
Luiz Antônio Ochsendorf, orient. II. Título.

Wana Evilla Sousa Isaias

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL E EXTERIOR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: ___/___/_____

Prof. Luiz Antônio Ochsendorf Leal, UFRJ.

Prof. Mônica Visconti de Melo, UFRJ.

Prof. Dilo Sergio de Carvalho Vianna, UFRJ.

Dedico este trabalho aos meus pais, por serem minha eterna fonte de inspiração e por me apoiarem em toda e qualquer escolha ao longo da minha vida, sempre.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Francisco das Chagas e Rozilda, que sempre me incentivaram e tiraram de mim o meu melhor: obrigada por serem pais incríveis. Ao meu irmão Henrique, por sempre cuidar de mim, mesmo sendo o irmão caçula.

À minha melhor amiga Larissa, que foi a pessoa que mais me incentivou na conclusão desse trabalho e que sempre vai ter uma parcela enorme do meu coração.

Às minhas amigas Giovanna e Isabela, que estiveram comigo em todos os momentos dessa graduação, desde os fáceis até os mais difíceis. Pretendo levar nossa amizade para toda a vida.

Aos meus tão amados Clara e Nick, que me ensinaram a ser uma pessoa melhor.

Ao meu namorado Everton, meu amigo, meu amor e meu parceiro. Obrigada por me trazer tanta paz e por estar ao meu lado para tudo. Para você e por você: até as estrelas.

Por fim, agradeço aos professores que tive ao longo dessa jornada, que tanto me ensinaram e que ajudaram na minha evolução acadêmica e pessoal.

RESUMO

O objetivo desse estudo é comparar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com as estratégias de países com alto índice de educação financeira, escolhidos com base nas conclusões do estudo de Klapper, Lusardi e Oudheusen (2015). Para isso, esse trabalho se baseou em uma pesquisa bibliográfica ao comparar o Brasil com o Canadá, Austrália e Nova Zelândia e utilizou um questionário aplicado online para buscar entender se a população brasileira está ou não familiarizada com a ENEF. As conclusões retiradas são de que o Brasil, apesar de apresentar diversas semelhanças com os programas dos países estudados, ainda precisa trabalhar em vários pontos de sua estratégia, como a implementação eficaz do tópico nas escolas, facilitação do acesso aos seus programas e ampliação da divulgação da ENEF, visto que, segundo resultados obtidos através do questionário, os brasileiros não conhecem a respeito dos programas, contudo, gostariam de aumentar seu conhecimento sobre educação financeira e acham que uma maior divulgação governamental seria essencial para estimular o interesse acerca do tema.

Palavras-chave: Educação Financeira, ENEF, Finanças Pessoais

ABSTRACT

The aim of this study is to compare the Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) with the strategies of countries with a high level of financial education, chosen based on the study by Klapper, Lusardi and Oudheusen (2015). For this purpose, this study is based on a bibliographic research comparing Brazil with Canada, Australia and New Zealand and uses an online questionnaire to understand whether the Brazilian population is familiar with ENEF or not. The reached conclusion was that Brazil, despite showing several similarities with the programs of the countries studied, still needs to work on several points of its strategy, such as the effective implementation of the topic in schools, facilitating access to its programs and expanding dissemination of ENEF, since, according to the results obtained from the questionnaire, Brazilians do not know enough about ENEF' programs, however, they would like to increase their knowledge about financial education and believe that Brazilian government should invest more in propagation to stimulate interest in the topic.

Palavras-chave: Financial literacy, ENEF, Personal Finances

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimento sobre a existência da ENEF.....	31
Gráfico 2 – Interesse em aprender sobre educação financeira.....	31
Gráfico 3 – Educação financeira e a inserção nas escolas.....	32
Gráfico 4 – Divulgação da ENEF pelo governo.....	33
Gráfico 5 – Impacto da divulgação da ENEF pelo governo e interesse pelo tema.....	33
Gráfico 6 – Área do curso de graduação do respondente.....	34
Gráfico 7 – Paralelo entre pessoas da área e seu conhecimento sobre a ENEF.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de programas e sua incidência no Brasil e exterior.....	29
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	13
3. LIMITAÇÕES E JUSTIFICATIVA DE PESQUISA	13
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4.1 Qualidade de Vida e sua Relação com a Educação Financeira	15
4.2. Educação Financeira no Exterior	16
4.2.1. Canadá	17
4.2.2. Austrália	20
4.2.3. Nova Zelândia	22
4.3. Brasil	23
5. METODOLOGIA	27
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
6.1 Comparativo Brasil x Canadá, Austrália e Nova Zelândia	28
6.2 Estudo Empírico com Base em Questionário	30
6.2.1 Análise das Questões	30
6.2.2 Considerações com Base no Questionário	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXO	44

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de saber administrar o dinheiro e tomar as melhores decisões possíveis a respeito da renda, seja no mundo corporativo ou não, se tornou um aspecto extremamente necessário para ser capaz de sobreviver no sistema econômico capitalista atual onde produtos financeiros estão cada vez mais diversos e a um clique de distância.

Com isso, surge a necessidade de introduzir a chamada educação financeira na vida das pessoas, ajudando a ampliar a capacidade do indivíduo de tomar decisões com embasamento em um planejamento financeiro pessoal norteado pela definição de prioridades, controle de gastos e alocação de recursos, ou seja, a alfabetização financeira torna a pessoa capaz de tomar decisões informadas e que melhor se encaixem na sua vida, levando em consideração suas características pessoais, planos e anseios.

Dessa forma, o cidadão se sente mais seguro no momento de tomar uma decisão acerca de seu dinheiro e, com isso, aumenta seu bem-estar no âmbito financeiro. A própria Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), define educação financeira como:

“(...) o processo pelo qual os consumidores e investidores melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos, produtos e riscos financeiros e, através de informação, instrução e aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessários para se tornarem mais conscientes a respeito de oportunidades e riscos financeiros, fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar financeiro” (OCDE, 2005, n.p., tradução própria).

Então, no mundo atual em que produtos financeiros complexos estão acessíveis à boa parte da população, o conhecimento financeiro se torna especialmente importante, uma vez que a ignorância financeira está atrelada a custos significantes para o indivíduo (KLAPPER; LUSARDI; OUDHEUSDEN, 2015, tradução própria).

Por isso, a educação financeira passou a ser uma preocupação crescente ao redor do mundo e cada vez mais programas começaram a ser criados para atender a esta demanda, inclusive a Estratégia Nacional de Educação Financeira brasileira (ENEF) com a criação do decreto 7.397 (BRASIL, 2010).

Particularmente no Brasil, ainda há muito a ser desenvolvido para aumentar o grau de educação financeira, uma vez que, as crises econômicas, mudanças na moeda nacional em um curto espaço de tempo e cenários de hiperinflação enfrentados nos últimos anos pela população acabaram por retardar ainda mais o interesse pelo tema (D'AQUINO, 2008 apud CARVAS, 2018).

Portanto, o objetivo desse estudo foi apresentar as diferenças das estratégias entre o Brasil e países com alto grau de instrução financeira. Para isso, foram escolhidos o Canadá, Austrália e Nova Zelândia para servirem de comparação com o Brasil, por terem mais de 60% da população financeiramente alfabetizada, enquanto o Brasil possui apenas 35%. Esse resultado foi obtido em um estudo chamado “*Financial Literacy Around the World: Insights from the Standard & Poor's Ratings Services*”, que comparou e quantificou o grau de alfabetização financeira de mais de 140 países (KLAPPER et al., 2015, tradução própria).

Além disso, após perceber que as diferenças entre as estratégias adotadas não eram tão significativas a ponto de causar a discrepância entre o Brasil e os países estudados, essa pesquisa acabou tomando um novo rumo ao observar, através de questionário aplicado a 106 respondentes, que a ENEF não é conhecida por grande parte da população, que há interesse em aprender mais sobre o tema e que a falta de divulgação do programa é o principal motivo pela falta de aderência ao mesmo.

Quanto a relevância desse trabalho, essa se dá ao se fazer uma comparação inédita dentro de um tema pertinente e que busca preencher algumas lacunas, visto a dificuldade de encontrar estudos comparativos desse tipo na área.

Esse estudo conta com sete capítulos, incluindo a introdução. A estrutura desses capítulos é a seguinte: o segundo capítulo contém os objetivos desse trabalho; o capítulo três destaca as limitações encontradas e aponta a justificativa de pesquisa; o capítulo quatro apresenta a fundamentação teórica, onde serão encontradas as referências sobre educação financeira, qualidade de vida e estratégias nacionais dos países escolhidos para estudo; o quinto capítulo apresenta a metodologia, no qual foi usada uma revisão bibliográfica na comparação entre os países e um questionário para esclarecer o conhecimento e interesse da população brasileira sobre o tema; o capítulo seis abrange os resultados obtidos tanto no estudo comparativo quanto na apresentação e discussão dos dados obtidos através do questionário; e o sétimo capítulo trata das considerações finais sobre o tema e inclui propostas para trabalhos futuros.

2. OBJETIVOS

Esse estudo tem como objetivo analisar as principais diferenças das estratégias nacionais de educação financeira no Brasil quando comparado com outros países de alto grau de alfabetização financeira.

Já os objetivos específicos do trabalho são os seguintes:

- a) Apresentar o conceito de educação financeira e seu impacto na qualidade de vida do indivíduo;
- b) Descrever as particularidades na abordagem da estratégia nacional de educação financeira de cada país estudado;
- c) Apresentar a evolução do tema no Brasil nos últimos anos;
- d) Verificar o conhecimento da população brasileira acerca da ENEF e seu interesse pelo tema.

3. LIMITAÇÕES E JUSTIFICATIVA DE PESQUISA

Esse estudo sofreu algumas limitações durante sua confecção, principalmente quanto a escassez de artigos que tratem de certos tópicos abordados, e para justificar sua importância, foram utilizados alguns estudos como base de comparação e que serviram para corroborar com as conclusões aqui expostas ou para mostrar alguma lacuna a ser preenchida. Por isso, a seguir serão descritas algumas dessas pesquisas e quais foram seus impactos na elaboração dessa monografia.

Existem diversos artigos que tratam da importância da educação financeira, seja no orçamento familiar (KRÜGER, 2014), na tomada de decisão em investimentos com base nas finanças comportamentais (ROGERS; FAVATO; SECURATO, 2008), nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos (LUCCI et al., 2006), dentre outros. Porém, esse estudo já parte do pressuposto de que a educação financeira é importante e, de acordo com o ponto de vista sob o qual é analisada, causa impactos diversos na população. Por isso, ao se fazer o presente estudo comparativo, foram poucos os artigos encontrados voltados para análise da ENEF, já que a maior parte deles disserta a respeito da importância da educação financeira, mas não se aprofunda tanto em ligar os programas da ENEF com isso e monitorar sua evolução através dos anos.

No entanto, o estudo realizado por Carvas (2018) foi o que mais se aproximou do tipo de material buscado para realização dessa monografia, pois o autor buscou avaliar a educação financeira como política de desenvolvimento financeiro e econômico, através da análise do cenário econômico financeiro brasileiro. Sua pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica dos impactos econômicos gerados por programas de educação financeira já existentes em outros países, com realização de um ranque de importância e relevância de artigos publicados ao redor do mundo, levando em consideração o tema tratado em cada um, ano de publicação e autor. As conclusões retiradas pelo autor, através da análise de vinte e oito artigos selecionados e estudados com base nos impactos na poupança, no conhecimento financeiro, nos hábitos de investimento e nas políticas de educação financeira mais relevantes, foram de que o desenvolvimento da política de educação financeira depende de sete pontos cruciais e ao atingi-los espera-se um aumento significativo no número de investidores na bolsa de valores. Um desses pontos seria a introdução do conceito de educação financeira dentro dos currículos escolares de forma obrigatória, o que traria um impacto de cerca de 28% na mudança do comportamento financeiro das famílias com alunos que estejam aprendendo sobre o tema na escola.

O estudo realizado por Carvas (2018) foi importante ao ratificar a conclusão que chegou essa monografia a respeito da importância da introdução do tema nas escolas. Mesmo havendo parte da estratégia desenvolvida para esse propósito, a ENEF ainda não possui um plano eficaz para implementação desse programa, apesar de já ter sido realizado plano piloto, que comprovou os benefícios trazidos por essa ação (AEF-BRASIL, 2016).

Já para análise comparativa dos países escolhidos para esse estudo, vale citar o Manual de Políticas de Estratégias Nacionais para Educação Financeira (OECD/INFE, 2015), que busca condensar informação de cerca de 59 economias integrantes da OCDE que introduziram planos nacionais para tratar de educação financeira utilizando os princípios estabelecidos pela organização. Esse manual descreve as experiências dessas economias e aborda os desafios que os países enfrentaram na implementação desses princípios. Esse manual consegue resumir os acontecimentos nesses países até 2015, além de fazer diversos tipos de comparação que podem servir de tema para estudos.

No entanto, para este trabalho, apesar de conseguir contribuir na pesquisa bibliográfica aqui desenvolvida, por ter informações apenas até 2015, esse estudo acaba não sendo o suficiente para fazer conclusões no estudo comparativo proposto.

Por fim, outra lacuna observada, através da aplicação do questionário, é a respeito do conhecimento da população acerca da ENEF e de seus programas e ações. Todavia, não foram encontrados estudos que tratem disso durante a pesquisa bibliográfica.

Todos os pontos levantados nesse capítulo apontam para a importância e relevância desse estudo na comunidade científica, seja para ajudar a completar dados de estudos anteriores ou para trazer um novo ponto de vista a respeito da ENEF.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Qualidade de Vida e sua Relação com a Educação Financeira

O termo “qualidade de vida” é carregado de subjetividades, pois pode mudar de acordo com a ótica em que é analisado e por isso existe uma falta de consenso em sua definição, já que o que para um é considerado importante pode não ser prioridade na vida de outro, ou seja, varia de pessoa para pessoa. Ainda assim, ter a vida financeira saudável pode ser considerado importante para a maioria das pessoas e costuma estar presente nos planos individuais futuros para alcançar o bem-estar no dia a dia da maioria da população.

Isso está de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que reuniu diversos especialistas sobre o tema e esses definiram qualidade de vida como “percepção dos indivíduos de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais eles vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1997, p. 1, tradução própria).

Nesse contexto, Minayo, Hartz e Buss (2000) que tratam a qualidade de vida como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos, tais como bem-estar, felicidade, amor e realização pessoal e, também, por objetivos orientados pela satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade.

Sendo assim, o conceito de qualidade de vida está relacionado a diversas condições, situações, ações, bens e modo de vida dos indivíduos. Portanto, para que seja possível estabelecer se alguém tem qualidade de vida é necessário compreender sua vida diária e suas relações (SILVA, 2019). No entanto, existe um elemento fundamental que está diretamente

ligado à qualidade de vida, que é a situação financeira dos indivíduos e, de acordo com Kruger (2014), a educação financeira pode ser considerada um suporte para o auxílio dessas pessoas e famílias que pretendem conquistar maior qualidade de vida

A falta de saúde financeira, segundo Silva (2019), é capaz de influenciar e impactar a qualidade de vida das pessoas, principalmente nos dias atuais, onde quase tudo o que envolve a vida cotidiana tem alguma conexão com dinheiro e todas as formas de utilizá-lo.

Por fim, é importante destacar que apesar da qualidade de vida ser uma aspiração de todos, é necessária a combinação de diversos elementos, que muitas vezes não podem ser alcançados de forma imediata. Ainda assim, ter qualidade de vida atualmente requer quase que obrigatoriamente uma boa gestão financeira, que é tópico complicadíssimo para grande parte da população, que nem sequer imagina como funciona um bom planejamento financeiro pessoal. No entanto, é certo que existem grandes chances desse cenário se inverter: com planejamento e educação financeira (SILVA, 2019).

4.2 Educação Financeira no Exterior

Atualmente a educação financeira é considerada um assunto importante em todo o mundo, já que pessoas financeiramente educadas são capazes de fazer escolhas conscientes com relação à economia, investimento, empréstimos, dentre outros e serem, portanto, capazes de contribuir com o crescimento econômico e social de uma nação. Por isso, são vários os países que possuem programas e estratégias sólidas com o intuito de propiciar as suas populações o conhecimento necessário para que seus participantes tomem as melhores decisões financeiras possíveis, dada toda a gama de alternativas existentes.

Como já visto, em 2015 foi publicado o *“Financial Literacy Around the World: Insights from the Standard & Poor’s Ratings Services – Global Financial Literacy Survey”*, no qual buscava-se “medir” e comparar os conhecimentos financeiros dos entrevistados de diversos países através de questões abrangendo quatro conceitos essenciais que tornam a tomada de decisão na área de finanças consciente: taxa de juros, juros compostos, risco e diversificação do risco. Após o fim do estudo, verificou-se que alguns dos países com os maiores níveis de educação financeira do mundo são Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Israel, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido e Nova Zelândia, nos quais 60% ou mais dos adultos são financeiramente alfabetizados enquanto o sul da Ásia mostrou-se o lar de alguns dos países

com os menores níveis de educação financeira do mundo atingindo valores inferiores a 25% (KLAPPER et al., 2015).

De forma geral, Klapper et al. (2015) conseguiram chegar à conclusão de que apenas um em cada três adultos apresenta conhecimentos financeiros básicos e que dentro desse número a alfabetização financeira costuma ser maior em indivíduos de classes sociais mais altas, com maior grau de instrução e que já utilizam produtos financeiros. Além disso, é importante destacar que os níveis de educação financeira tendem a ser maiores em países desenvolvidos se comparados a países de economia emergente.

Ainda que haja essa diferença entre os países, os estudos e literatura da área apontam, segundo Savoia, Saito e Santana (2007), que a grande maioria das pesquisas sobre educação financeira relacionada aos programas no exterior são muito focadas no ensino da educação financeira nas escolas de ensino médio e universidades principalmente nos Estados Unidos e Reino Unido, o que mostra, portanto, uma lacuna ser preenchida.

Sendo assim, nos tópicos a seguir foram usadas como fonte de pesquisa, principalmente, sites dos próprios governos e relatórios por eles gerados ao longo dos últimos anos, devido, sobretudo, a escassez de artigos científicos mais detalhados sobre os países em questão.

4.2.1 Canadá

Durante os anos 90, o governo do Canadá pôs em ação uma série de reformas no setor financeiro do Canadá, resultado de um conjunto de consultas públicas, que levaram também, em 2001, a criação da *Financial Consumer Agency of Canada* (FCAC). Tal agência foi criada com o intuito de proteger e educar os consumidores de serviços financeiros, ou seja, melhorar a compreensão da população canadense sobre o setor financeiro, seus produtos e serviços (GOVERNO DO CANADÁ, 2021, tradução própria).

Nos primeiros anos de operação, a FCAC focou em melhorar a disponibilidade, acessibilidade e clareza das informações financeiras para os consumidores, através de testes que mediam o nível de conhecimento da população e de conferências nacionais (GOVERNO DO CANADÁ, 2021, tradução própria).

No entanto, vale ressaltar que a FCAC é também uma agência reguladora, que protege os consumidores através do monitoramento e supervisão de instituições financeiras

promovendo o *compliance* dessas entidades de acordo com a legislação pertinente (FCAC, 2021, tradução própria)

Já em 2007, o governo destinou novos fundos para o desenvolvimento da alfabetização financeira para os jovens, que posteriormente foi ampliado para todos os públicos. Uma das ações tomadas foram as conferências nacionais para discutir o tema que haviam sido introduzidas anteriormente e se tornaram frequentes nesse momento. Depois disso, o governo federal criou em 2009 uma espécie de força tarefa com o intuito de disseminar a educação financeira pelo país em encontros com os consumidores, além de outros programas (GOVERNO DO CANADÁ, 2021, tradução própria).

Em 2012, o Parlamento do Canadá tornou oficialmente novembro o Mês da Educação Financeira no país, com a FCAC e outras organizações durante todo o mês anualmente trabalhando juntas para aumentar a conscientização e a divulgação da importância da educação financeira para toda a população canadense (GOVERNO DO CANADÁ, 2021, tradução própria).

Já em 2014, foi realizado o *Canadian Financial Capability Survey (CFCS)*, que é uma pesquisa que tem o intuito de medir a capacidade financeira da população. Na época da pesquisa algumas conclusões foram tiradas, sendo elas: a) o número de canadenses que possuía um orçamento (ou budget) ainda era muito pequeno, mas daqueles que o faziam, a grande maioria conseguia permanecer dentro desse orçamento mensalmente; b) a população de baixa renda e indígenas são os grupos que estão sob maior estresse financeiro e os níveis de dívida acumulados em que já se encontram pode estar contribuindo para tornar essa situação cíclica e impedi-los de se tornar financeiramente estáveis; c) pessoas com renda mais elevada tendem a ter dívidas mais altas, mas não possuem dificuldade em pagá-las, além disso, as naturezas dessas dívidas são principalmente geradores de riqueza, como hipotecas, diferente de dívidas de consumo, como cartão de crédito; d) os canadenses não estão fazendo o suficiente para garantir a sua aposentadoria, começando a investir nisso tarde e sem muita noção do quanto deve ser investido, o que mostra um ponto que merece atenção; e) o nível educacional do indivíduo anda de mãos dadas com uma melhor gestão e bem-estar financeiro, portanto essa pesquisa chegou à conclusão de que indivíduos com nível superior tendem a ter melhor relação com dinheiro, apesar de curiosamente terem débitos altos, principalmente por dívidas estudantis (FCAC, 2015, tradução própria).

Como nessa pesquisa foram encontradas várias lacunas e pontos a serem melhorados na educação financeira da população canadense, em 2015 a FCAC criou oficialmente uma Estratégia Nacional de Educação Financeira para aumentar a conscientização a respeito da importância da educação financeira e atender as demandas de conhecimentos da população. Apesar da criação da estratégia só ter vindo em 2015, o governo canadense reconheceu todo o trabalho realizado por inúmeras instituições e entidades e passou a oferecer uma maior estrutura para que essas pudessem coordenar esforços, encorajando a cooperação entre elas (FCAC, 2021, tradução própria).

A estratégia nacional canadense foi criada a partir de diversas consultas com partes interessadas (*stakeholders*) com o intuito de desenvolver uma estratégia acessível e inclusiva para os mais diversos grupos: crianças e jovens, adultos e idosos, indígenas, pessoas de baixa renda e recém-chegados no país. O intuito era o de atender a população da melhor forma possível e sempre com foco em suas necessidades (FCAC, 2015, tradução própria).

Segundo o relatório de progresso da Estratégia Nacional Canadense “*Count me in, Canada*” em 2019, muitas crianças estão aprendendo sobre conceitos básicos envolvendo dinheiro já na escola, mas para crianças que não tiveram essa oportunidade existem diversas outras formas disponíveis para ajudar a tornar essas crianças em adultos capazes de lidar com problemas financeiros e a tomar decisões acertadas e que melhor se adaptem às suas vidas. Além disso, diversas organizações passaram a oferecer programas bem estruturados para pessoas que estão endividadas, ajudando-as a colocar suas vidas de volta no eixo (FCAC, 2019, tradução própria).

Esse cenário já mudou em 2021, com a educação financeira tendo sido integrada de forma definitiva nas escolas e atingindo diversas séries, além de ser abordada em diversos locais de trabalho e comunidades diferentes (FCAC, 2021, tradução própria).

Com isso, torna-se evidente que o Canadá fez um bom trabalho na promoção da educação financeira no país. O Canadá possui um Comitê Diretivo Nacional em Educação Financeira, que apoia a estratégia nacional desde sua criação e busca, junto com o Plano Nacional de Pesquisa em Educação Financeira, promover constante pesquisa e aprofundamento sobre o assunto, ajudando a garantir a implementação bem-sucedida da Estratégia Nacional de Educação Financeira – *Count me in, Canada* (FCAC, 2019, tradução própria).

Em 2020, durante a pandemia do COVID-19, devido aos impactos financeiros causados por esse momento delicado, a FCAC resolveu fazer algumas pesquisas com a população para entender e rastrear melhor o impacto da pandemia na vida dos canadenses, para ser capaz de proteger os consumidores e ajudá-los durante uma época tão complicada. Então, em um período marcado por expor a vulnerabilidade dos cidadãos com a COVID-19, aumentando o desafio enfrentado pelos consumidores, foi lançado um plano de cinco anos da estratégia nacional canadense, que busca ajudar a população a se reerguer e fazer boas decisões no âmbito financeiro (FCAC, 2021, tradução própria).

4.2.2 Austrália

Nas últimas décadas, diversos fatores convergiram no país a ponto de criar mercados de serviços financeiros que demandavam dos consumidores maior conhecimento a respeito de finanças, ou seja, se tornou necessário que essas pessoas fossem capazes de gerir com competência o seu patrimônio (WORTHINGTON, 2006).

Em 2011, uma pesquisa no país mostrou que ainda havia disparidades significativas no conhecimento e compreensão de questões financeiras em diferentes grupos da comunidade. De forma geral as pessoas pareciam ter mais confiança em tópicos simples, como orçamento familiar, mas conheciam pouco sobre temas mais complexos, como investimentos e aposentadoria (ASIC, 2011, tradução própria).

Dessa forma, foi elaborada pelo governo australiano uma Estratégia Nacional para Capacitação Financeira, em conjunto com a Comissão Australiana de Valores Mobiliários e Investimentos (*Australian Securities and Investments Commission – ASIC*), que é, assim como no Brasil, o órgão regulatório do mercado financeiro e de crédito ao consumidor. A ASIC passou a ser, então, a agência governamental australiana responsável por desenvolver e liderar iniciativas relacionadas a promoção da educação financeira no país (ASIC, 2011, tradução própria).

Então, logo em seguida, foi criado o Conselho de Alfabetização Financeira do Governo Australiano (*The Australian Government of Financial Literacy Board - FLB*), que é um órgão não estatutário responsável por fornecer aconselhamento ao governo e ao ASIC sobre questões da alfabetização financeira (TAYLOR E WAGLAND, 2013).

De acordo com Taylor e Wagland (2013), desde o início da estratégia, a ASIC, com apoio do FLB, vem discutindo com o governo acerca da inclusão da educação financeira dentro das grades curriculares dos estudantes.

Então, em 2012, o governo australiano lançou o *MoneySmart Teaching*, que é um programa de ensino de educação financeira focado em alunos do ensino fundamental e médio e, principalmente, em tornar os professores capazes de desenvolver nos estudantes a capacidade de expandir os seus conhecimentos a respeito do dinheiro e de como lidar com ele, através do desenvolvimento dos alunos no que diz respeito aos valores, capacidade de pensamento crítico e confiança para aplicar os conhecimentos adquiridos em diversas situações do cotidiano (ASIC, 2013, tradução própria).

Em 2013, a ASIC realizou uma revisão da Estratégia Nacional, através de consultas com partes interessadas relevantes para explorar as principais questões e prioridades a serem consideradas na definição de uma Estratégia Nacional de 2014, reconhecendo que todos os níveis de governo, instituições financeiras, grandes e pequenas empresas, organizações comunitárias e o setor de educação têm um papel valioso a desempenhar na construção da literacia financeira dos australianos. O desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira 2014-17 refletiu um crescimento significativo no número de iniciativas de educação financeira entregues em toda a Austrália (ASIC, 2020, tradução própria).

Já a Estratégia Nacional de 2018 colocou ênfase em públicos prioritários específicos, destacou oportunidades emergentes, questões e desafios e chamou a atenção para a necessidade de fortalecer a medição e avaliação do programa. A estratégia revisada em 2018 baseou-se na Estratégia Nacional anterior e foi desenvolvida para apoiar a implementação de iniciativas de capacidade financeira, tendo foco em comportamentos específicos capazes de ajudar os australianos a estar no controle de suas vidas financeiras (ASIC, 2020, tradução própria).

Nos últimos anos, a Austrália vêm implementando um grande número de programas e ações voltadas para a educação financeira no país, como workshops online, programas dentro do ambiente de trabalho, programas desenvolvidos para pessoas em situação de vulnerabilidade, programas com outros *stakeholders*, dentre outros (ASIC, 2014, tradução própria).

Apesar disso, em um estudo utilizando dados da *Household, Income and Labour Dynamics in Australia* (HILDA), que em 2016 fez pesquisas nas casas da população australiana

a respeito dos conhecimentos sobre educação financeira, a Austrália, apesar de ter sido considerada um país com alto grau de educação financeira, ainda possui diversas lacunas a serem preenchidas, como por exemplo a diferença entre homens e mulheres, que é significativa, sendo considerados 63% dos homens como financeiramente alfabetizados e apenas 48% das mulheres se encontram na mesma situação. Também há diferenças no grau de educação financeira em diferentes classes sociais, por idade e outros pontos focais (PRESTON, 2020).

Ainda há muito a ser feito para preencher essas lacunas e tornar a educação financeira inclusiva no país. Então, com esse intuito, a ASIC trabalhou em uma revisão da Estratégia Nacional em maio de 2020, que se baseou nos resultados dos workshops de avaliação de impacto realizados em toda a Austrália em 2019-20 (ASIC, 2020, tradução própria).

4.2.3 Nova Zelândia

Segundo Martins (2013), a Estratégia Nacional de Educação Financeira neozelandesa iniciou-se em 2008 com uma abordagem semelhante a outras já existentes em outros países. A estratégia é presidida pelo Comissário de Aposentadoria, que é escolhido pelo ministro do Comércio e de Direitos do Consumidor, e este passa a liderar a *Commission for Financial Capability* (CFFC) e o principal objetivo é garantir que os cidadãos neozelandeses sejam capazes de tomar as melhores decisões no âmbito financeiro. O CFFC tem o apoio de mais de 150 entidades, que vão desde o próprio governo até organizações do setor privado e disponibiliza relatórios frequentes sobre o andamento de suas atividades, havendo inclusive um Grupo de Aconselhamento que reporta constantemente os avanços da estratégia e a revisa sempre que necessário.

Tanto a crise econômica mundial quanto o colapso financeiro de diversas empresas neozelandesas foram fundamentais para destacar a importância da educação financeira e dar o pontapé inicial necessário para a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira no país, pois conscientizou as pessoas a respeito da importância de saber gerenciar bem seu dinheiro (CFFC, 2012, tradução própria).

Uma pesquisa sobre conhecimentos financeiros foi realizada pela Comissão de Aposentadoria da Nova Zelândia em 2009 e mostrou uma melhora quando comparada à mesma pesquisa realizada em 2006, o que mostra um avanço, mas com muitas lacunas a serem preenchidas ainda. Como a aceitação acerca da introdução da educação financeira seja nas

escolas ou de outras formas ainda se mostrava muito variada nesse relatório, a estratégia estava passando por revisões para que fosse implementada da melhor forma possível para os mais diferentes grupos (CFFC, 2012, tradução própria).

Apesar dos pontos para melhoria, desde 2007 a educação financeira vem sendo tratada na Nova Zelândia dentro dos currículos escolares em diversas áreas de aprendizagem e nas competências chave como “Auto Gerenciamento”, o que já é um passo importante (CFFC, 2012, tradução própria).

Uma revisão da estratégia foi realizada para 2021-2024, levando em conta o impacto econômico da pandemia do COVID-19. Uma pesquisa realizada durante a primeira quarentena em abril, e repetida seis meses depois, revelou uma falta preocupante de resiliência financeira na maioria das famílias: 34% estavam em dificuldades, e outros 40% estavam à beira de entrar em dificuldades. Isso se deu, principalmente, devido ao alto endividamento, baixa poupança e falta de conhecimento e confiança para investir. Com isso, o governo, com apoio de diversas organizações, começou a trabalhar para ajudar essas famílias a desenvolver melhor suas capacidades financeiras frente à situação causada pelo cenário pandêmico. Diversas iniciativas serão abordadas nesses três anos com o intuito de ajudar o cidadão neozelandês a aumentar seus conhecimentos em educação financeira, como conferências anuais com *stakeholders* para revisar o progresso da estratégia e criação de uma plataforma de colaboração/biblioteca para compartilhar dados a respeito do tema (CFFC, 2021, tradução própria).

Deve-se destacar, no entanto, que o site governamental com toda a Estratégia Nacional neozelandesa (<http://www.financialliteracy.org.nz>) que está referenciado em grande parte dos documentos encontrados, não se encontra mais disponível até a data de desenvolvimento deste trabalho, o que, infelizmente, acaba limitando este estudo ao dificultar o acesso às informações que tratam do progresso da estratégia neozelandesa.

4.3 Brasil

A educação financeira começou a ser um tema de maior relevância nos últimos anos, visto que até 2010 sequer havia qualquer programa público que tratasse do assunto. Antes disso, até o fim dos anos 1990, a educação financeira era abordada como “sinônimo de dicas de investimento voltado para aqueles já prósperos para apenas recentemente se tornar um recurso efetivo de conquista da prosperidade” (Araujo e Calife, 2014, p. 1).

É claro que o momento era oportuno, já que o país passava por um período econômico conturbado, com altos índices inflacionários e crédito escasso. Não se buscava focar em planejamento financeiro pessoal e por isso, os especialistas viam um momento ideal para ensinar como preservar ou multiplicar recursos, o que evidentemente já requeria pelo menos um conhecimento financeiro básico dos envolvidos visto que a maioria da população não poderia sequer pensar em fazer um planejamento naquele cenário. A partir do início do Plano Real, com o controle da variação da inflação, disseminação do crédito para as mais diversas classes sociais e uma nova onda de pensamento de prosperidade financeira, houve uma melhora na situação econômica do país e as coisas começaram a mudar. A partir daí o planejamento financeiro para o brasileiro, finalmente, parecia algo viável (ARAUJO E CALIFE, 2014).

Uma pesquisa realizada em 2008 trouxe números preocupantes em relação à organização financeira doméstica familiar brasileira: 36% dos pesquisados declararam ter um perfil gastador, 54% não foram capazes de honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida e apenas 31% poupavam regularmente para a aposentadoria. Além disso, observou-se que uma parte crescente da renda familiar tem sido destinada ao consumo, o que torna as taxas de poupança demasiadamente baixas. Esta situação, que aflige milhões de brasileiros, diminui a capacidade de investimento do país, afetando negativamente seu desenvolvimento (DATA POPULAR, 2008 apud ENEF, s.d).

Então, em 2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), regida pelo decreto nº 7.397, com o objetivo de, segundo o art. 1º deste decreto, “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010).

Foi criado também o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que se tornou a instância responsável pela direção, supervisão e fomento da ENEF, corroborado pelo art. 3º do decreto 7.397/10, que define como objetivo da CONEF “definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF” (BRASIL, 2010).

A educação financeira passa a ser, então, com a criação da ENEF, segundo o Banco Central (2013) uma política de Estado de caráter permanente, envolvendo instituições públicas e privadas, de âmbito federal, estadual e municipal, ou seja, é uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil de forma gratuita e com garantia de imparcialidade comercial.

Em 2020, o decreto nº 7.397/10 foi revogado pelo decreto nº 10.393, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira, com o objetivo de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país, e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF (BRASIL, 2020).

As atribuições do FBEF, que substituiu a CONEF, passam a ser as seguintes, de acordo com o art. 2º desse decreto:

“I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV - promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal” (BRASIL,2020).

A partir desse novo decreto “tanto o FBEF quanto a nova ENEF asseguram a aderência do Brasil a boas práticas internacionais, contribuindo para fortalecer a estabilidade financeira, o desenvolvimento inclusivo e o bem-estar de indivíduos e famílias” (SUSEP, 2021).

Os programas da nova ENEF são regidos pelo Plano Diretor e seus anexos. Além disso, as ações da nova ENEF são compostas por programas transversais e setoriais. Os programas setoriais são os programas e as ações desenvolvidas pelos membros do FBEF e são conduzidos pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição envolvida, como a CVM, Banco Central, SUSEP e outras entidades. Já os programas transversais são as ações de educação financeira da nova ENEF, que não são de responsabilidade exclusiva de certo órgão ou entidade. Seus objetivos requerem a junção de diversos temas como planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor. O programa de educação financeira nas escolas e o programa de educação financeira para adultos são exemplos de programas transversais (VIDA E DINHEIRO, 2021).

A ENEF tem como foco o desenvolvimento e implementação de programas voltados principalmente para três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos. Sendo assim, a ideia é de que a ENEF chegue às crianças e jovens por meio das escolas de ensino fundamental e médio, com todos os programas sendo responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e com a

colaboração das secretarias de educação estaduais e municipais. Já para o público adulto, seriam utilizados programas em parceria com agentes privados e públicos, uma vez que estes possuem a capacidade de aumentar o poder das ações da ENEF (VIDA E DINHEIRO, 2021).

Existem também outros programas secundários no Brasil, como cursos e workshops online; como o Programa de Educação Financeira do Banco Central, que visa apresentar o mercado financeiro para a população e ajudar na tomada de decisão consciente e; como a Escola de Educação Financeira da Rioprevidência, no Rio de Janeiro, que proporciona cursos e ajuda gratuitos dentro da área de finanças.

De acordo com a AEF-Brasil (2016), entre 2010 e 2011, foi desenvolvido no âmbito da ENEF um projeto piloto que tratou da Educação Financeira para o Ensino Médio nas escolas públicas de seis estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal. A avaliação de impacto desse programa envolveu 891 escolas, mais de 20 mil alunos e identificou melhorias significativas dos conhecimentos financeiros, intenção de poupar e autonomia financeira, bem como maior participação dos alunos nas finanças dentro de casa. Chegou-se à conclusão no fim do estudo que, devido ao programa, “os alunos estão mais propensos a poupar e administrar suas despesas, conversar com seus pais sobre questões financeiras e ajudar a organizar o orçamento familiar” (BM&FBOVESPA, 2012, p.10). Esses efeitos se mantiveram no curto e no longo prazo, o que permite afirmar a sustentabilidade e longevidade do treinamento que os alunos receberam.

Devido ao bom resultado, esse projeto piloto foi estendido para um programa de Educação Financeira para o Ensino Fundamental, tendo participado do programa 201 escolas da rede municipal de duas cidades brasileiras: Joinville (SC) e Manaus (AM). Das 201 escolas que participaram do projeto, 101 escolas pertenciam ao grupo que recebeu o projeto do Ensino Médio anteriormente e as outras 100 participaram como parte do grupo de controle para a avaliação de impacto. Os resultados desse projeto sugerem que o programa teve um impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas às decisões de consumo e poupança das crianças, mas pequeno quando comparado ao resultado do estudo com alunos do ensino médio. Portanto, a eficácia do programa depende de uma implementação mais criteriosa e a forma de se ensinar educação financeira para os alunos mais novos precisa ser repensada para atingir melhores resultados (AEF-BRASIL, 2016).

Ainda não aconteceu a implementação efetiva da educação financeira nas grades curriculares das escolas de ensino fundamental e médio no Brasil, mas o MEC vem divulgando

seu apoio e o assunto vem passando por processos de discussão nas esferas políticas. Em vídeo divulgado no website do ministério, em dezembro de 2017, a presidente do grupo de apoio pedagógico do CONEF e assessora técnica da secretaria de educação básica do MEC, apontou a falta de conhecimento da população sobre a existência de um programa regido por um decreto voltado para educação financeira no país e mostrou apoio a adição do tema no currículo básico de ensino, e, inclusive, mencionou o fato da economia brasileira estar comprometida devido ao fato da população encontrar-se superendividada e a importância de poupar nesse cenário, que corrobora a ideia a respeito da relevância da introdução do tema desde cedo nas salas de aula do país (TINÉ, 2017).

Carvas (2018) elaborou um estudo que propõe diversas medidas de fomentação da educação financeira nacional com o intuito de aumentar, principalmente, a poupança e investimento da população. Um programa de educação financeiro obrigatório nas escolas é um dos tópicos tratado pelo autor bem como o incentivo a poupança para a população de baixa renda e um programa específico para educação financeira familiar. O estudo de Carvas (2018) mostra, portanto, diversos pontos que podem ser melhorados dentro da ENEF bem como lacunas a serem preenchidas.

5. METODOLOGIA

A pesquisa pode, no primeiro momento, ser classificada como exploratória, pois, de acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses que sirvam de pesquisa para estudos posteriores.

Sendo assim, esse estudo utiliza-se principalmente de levantamento bibliográfico, que é particularmente importante, pois permite ao “(...) investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50) e também, ainda segundo Gil (2008), se torna uma vantagem quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço, como nesse estudo em específico, que relaciona quatro nações diferentes.

No entanto, apesar de possuir caráter bibliográfico, esse estudo ainda busca esclarecer a visão das pessoas acerca da ENEF por meio de um questionário e por isso também se deve atribuir o caráter de pesquisa descritiva, pois, segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa se

utiliza principalmente de técnicas padronizadas de coleta de dados, que nesse caso foi um questionário, e tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Em relação ao método utilizado, esse questionário foi feito de forma online pelo Google Forms, e distribuído a um grupo diverso de pessoas, com o intuito de verificar seus conhecimentos sobre a existência da ENEF, sua importância e opiniões sobre a qualidade da divulgação e propaganda feita pelo governo acerca do tema. Foram obtidas 106 respostas a esse questionário e os resultados são exibidos e discutidos no próximo capítulo.

Esse estudo possui uma abordagem quantitativa e utiliza-se de estatística descritiva, que consiste no resumo da informação em uma coleção de dados, diferente da estatística inferencial, que fornece previsões sobre a população, com base nos dados de uma amostra desta população (AGRESTI e FINLAY, 2012).

Vale ressaltar que o tema dessa pesquisa pode vir a tomar uma proporção maior caso se aumente a amostra de respondentes do questionário, podendo ser utilizada estatística inferencial para tratar uma quantidade maior de dados e levar a diversos outros estudos na área.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Comparativo Brasil x Canadá, Austrália e Nova Zelândia

Como visto, o Canadá, a Austrália e a nova Zelândia, que foram escolhidos para servir de comparação com o Brasil, por possuírem alto nível de educação financeira, são países que já possuem a alfabetização financeira como componente da grade curricular das escolas (mesmo que de forma indireta) e possuem inúmeros programas sociais funcionais girando em torno do tema.

Já o Brasil se encontra dentro de um grupo de países de economia emergente, por isso, historicamente faz sentido que seu nível de educação financeira não seja tão alto quanto de outros países desenvolvidos ou que a nação esteja diante de um processo de amadurecimento. Além disso, houve diversos momentos na história do Brasil que também tiveram papel importante perante a dificuldade da população em manter ou sequer pensar sobre um planejamento financeiro e que perdurou por muitos anos. No entanto, apesar de todo o contexto

histórico, o Brasil possui uma Estratégia Nacional que em muito se assemelha à estratégia dos países aqui mencionados com destaque, principalmente, para o nítido desenvolvimento apresentado pelo Brasil ao longo dos últimos anos.

O quadro 1 a seguir compara, de forma simplificada, os tipos de programas dos quatro países e aspectos relevantes, tais como o acesso, se é parte da grade curricular das escolas e gratuidade:

Quadro 1: Tipos de programas e sua incidência no Brasil e exterior

Tipos de Programas/ Ações	Brasil	Canadá	Austrália	Nova Zelândia
Governamentais	X	X	X	X
Privados ou outros stakeholders	X	X	X	X
Fácil Acesso	-	X	X	X
Escolas	-	X	X	X
Gratuitos	X	X	X	X

Fonte: Própria autora, 2021.

É possível verificar no quadro 1 que na oferta de programas, tanto governamentais quanto privados, o Brasil apresenta-se de forma semelhante aos demais países comparados na amostra.

Já no que se refere à facilidade no acesso e na implementação do conceito dentro das escolas de forma efetiva e integral, ou seja, como componente obrigatório das grades curriculares de ensino fundamental ou médio, o Brasil ainda não está no mesmo patamar dos outros países estudados. Vale destacar, no entanto, que existem diversos programas gratuitos dentro da ENEF bem como nos outros países usados nessa comparação.

Quanto ao acesso, muitos dos programas brasileiros envolvem workshops online e programas pouco divulgados, que dificultam a aderência do brasileiro de classes mais baixas aos mesmos, diminuindo a acessibilidade dos programas para certos grupos.

Quanto a implementação de conceitos de educação financeira nas escolas, apesar da ENEF possuir uma parte do programa com essa finalidade e ter, inclusive, sido capaz de mensurar através de um projeto piloto em diversas escolas do país o impacto positivo disso (AEF-BRASIL, 2016), a educação financeira ainda não é componente obrigatório dentro das grades curriculares brasileiras, o que é um fator de disparidade entre o Brasil e os países estudados.

Nota-se que existem, portanto, algumas diferenças entre as estratégias do Brasil e dos países utilizados na comparação, mas no geral, há muitos pontos em que são parecidos, como a gratuidade, programas e ações governamentais e programas oferecidos por partes interessadas. Então porque o Brasil não está no mesmo patamar desses países acerca da alfabetização financeira de sua população, estando, segundo Klapper et al. (2015), pelo menos 25 pontos percentuais abaixo dos países usados nessa comparação?

Sendo assim, esse trabalho levanta aqui o questionamento de que talvez o motivo seja que os programas e ações da ENEF não chegam aos ouvidos da população como deviam. Portanto, para chegar numa conclusão com maior embasamento, foi realizado um questionário com um grupo de pessoas e os resultados são expostos a seguir.

6.2 Estudo Empírico com Base em Questionário

Esse questionário foi feito de forma online com foco na população adulta, mas sem nenhum grupo específico como público alvo, pois seu maior objetivo era de observar o conhecimento dessa pequena amostra da população acerca de alguns tópicos: 1) sobre a existência da ENEF; 2) se gostariam de aprender mais sobre educação financeira; 3) se julgavam importante ter esse tópico tratado nas escolas ou apenas em outros tipos de programas ou Universidades; 4) opinião sobre a propaganda e divulgação da ENEF pelo governo; 5) se uma maior divulgação influenciaria no interesse pelo tema; 6) se a pessoa cursa ou cursou algum curso da área de negócios.

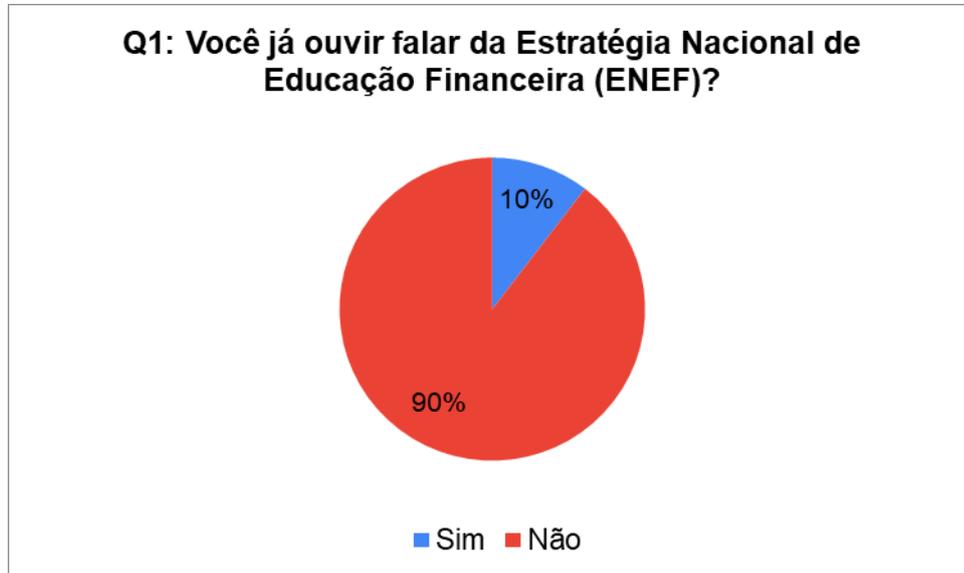
Sendo assim, houveram 106 respondentes a este questionário e os dados a seguir buscam responder à pergunta levantada no fim do item anterior pela autora desse estudo sobre a falta de conhecimento da população acerca da ENEF.

6.2.1 Análise das Questões

A primeira questão busca observar a quantidade de respondentes que conhece a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Dos 106 participantes, 95 disseram não conhecer a ENEF e apenas 11 atestaram já ter ouvido falar a respeito do programa. Apesar de ser uma amostra pequena, isso mostra que numa população diversa, apenas 10% dos respondentes já

ouviu falar a respeito da estratégia e, por ser um programa nacional, esse número não aparenta ser alto o suficiente. Os resultados são exibidos no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Conhecimento sobre a existência da ENEF



Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

A segunda pergunta está diretamente ligada à primeira e busca entender se quem não conhece a ENEF tem ou não interesse de aprender mais sobre educação financeira e sobre como administrar melhor seu dinheiro. Dos 106 respondentes, 98 disseram que sim, enquanto apenas 8 disseram que não, o que prova que o interesse por aprender mais sobre educação financeira é alto (92%).

Gráfico 2 – Interesse em aprender sobre educação financeira



Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

Já a terceira questão buscar entender se os participantes acham que o conceito de educação financeira deve ser abordado desde a escola ou apenas em programas paralelos ou Universidades. Essa pergunta tem como objetivo observar se as pessoas julgam importante que o tema seja introduzido desde cedo na vida escolar das crianças ou não. Foram obtidos os seguintes resultados no gráfico 3:

Gráfico 3 – Educação financeira e a inserção nas escolas



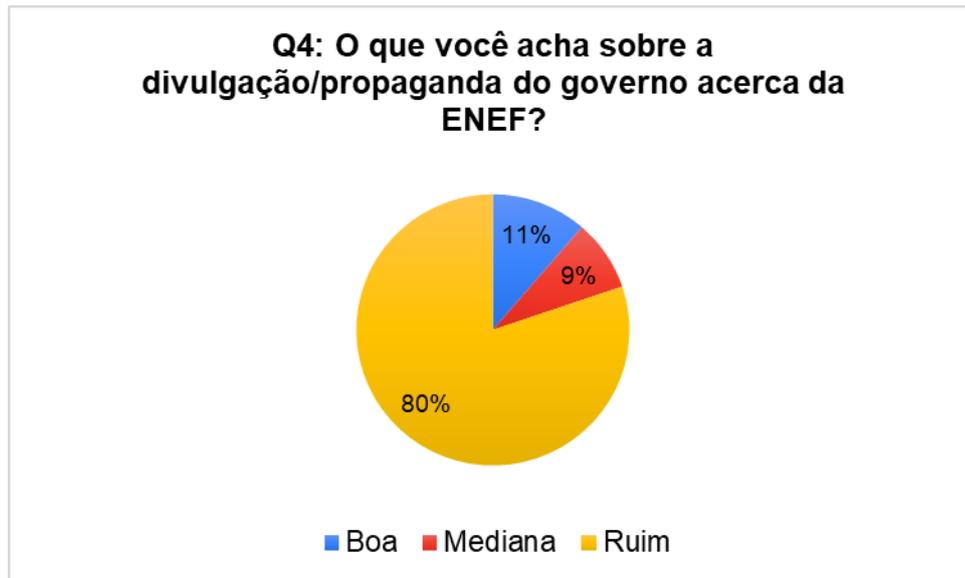
Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

A conclusão que se pode chegar de acordo com as respostas é de que a grande maioria, 98 dos 106 participantes, o que representa 92% dos respondentes, acha importante apresentar esse tópico às crianças já na escola. Isso constata um ponto de atenção dentro da ENEF, que precisa de mais desenvolvimento nesse aspecto.

Já a quarta e quinta questões tratam sobre a divulgação e propaganda do governo com relação a ENEF, seus programas e ações. O objetivo dessas questões é entender se as pessoas acham que a divulgação é ou não satisfatória e caso julguem não ser, se acham que aumentá-la faria mais pessoas se interessarem pelo tema.

As respostas dos participantes na quarta pergunta mostram que 85 pessoas a consideram ruim, 9 mediana e apenas 12 boa, ou seja, a maioria (89%) das pessoas não consideram a propaganda acerca do tema satisfatória, o que mostra outro ponto dentro da estratégia que merece atenção. Os resultados são mostrados no gráfico 4.

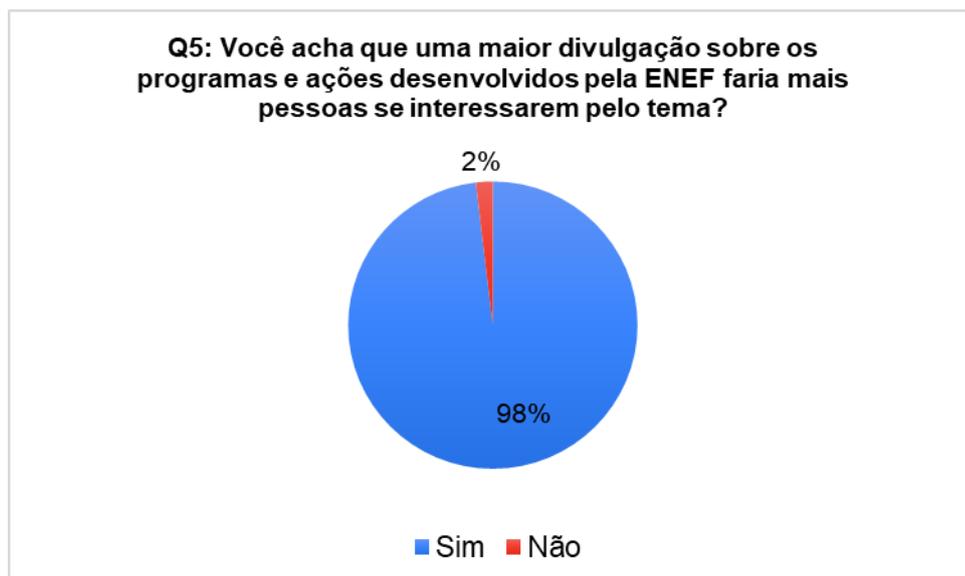
Gráfico 4 – Divulgação da ENEF pelo governo



Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

Aliado a isso vem a quinta pergunta, que procura entender, de forma geral, se as pessoas julgam haver relação entre a divulgação da ENEF e o interesse da população no que diz respeito ao tema. Sendo assim, a opinião das pessoas é praticamente unânime (98%), com apenas 2 pessoas discordando de que há uma relação direta entre a divulgação da ENEF e o interesse da população acerca do tema.

Gráfico 5 – Impacto da divulgação da ENEF pelo governo e interesse pelo tema



Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

Por fim, a sexta e última questão busca visualizar quantos dos respondentes cursa ou cursou algum curso da área de negócios, como Administração, Contabilidade, Economia e afins, a fim de traçar um paralelo se esse tipo de graduação pode ou não impactar o conhecimento acerca da existência da ENEF.

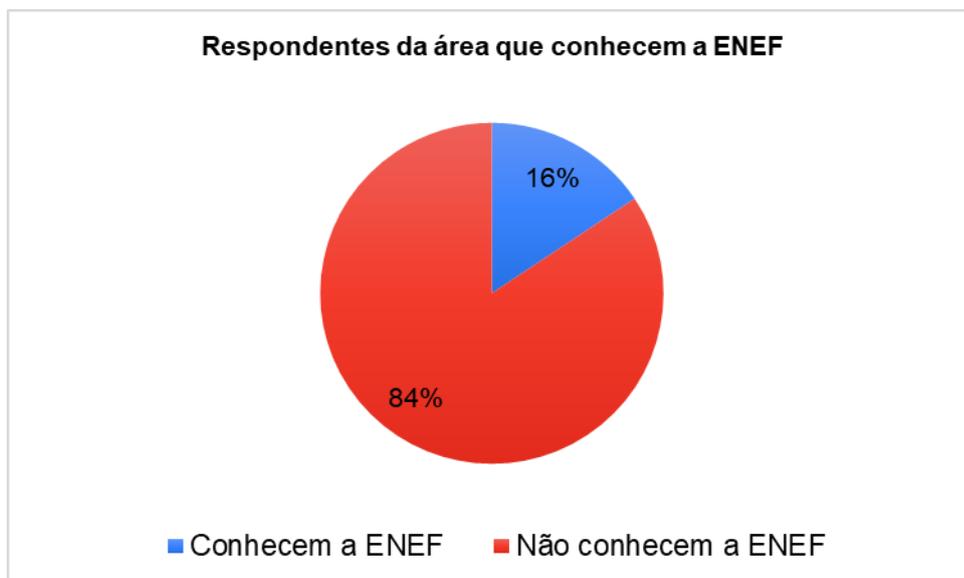
Gráfico 6 – Área do curso de graduação do respondente



Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

Dos 32 participantes (30%) que afirmam fazer ou ter feito parte de um desses cursos da área de negócios, apenas 5 sabiam da existência da ENEF (16%), conforme gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Paralelo entre pessoas da área e seu conhecimento sobre a ENEF



Fonte: Questionário online aplicado via Google Forms

Além disso, apenas uma pessoa das 32 da área demonstrou não achar que uma maior divulgação sobre o tema atrairia mais pessoas interessadas. Sendo assim, esses números são um pouco estranhos visto que se espera que esse tópico seja tratado nas universidades em alguma disciplina voltada para finanças pessoais, o que pode apontar a falta de tratamento do assunto em ambiente universitário e levanta outro ponto importante acerca do que se pode melhorar na estratégia brasileira.

6.2.2 Considerações com Base no Questionário

As respostas obtidas através do questionário acabaram provando o ponto levantado anteriormente de que boa parte da população não conhece suficientemente bem a ENEF, seus programas e ações, além de achar que uma maior divulgação da estratégia seria capaz de atrair mais pessoas para esse tema.

Portanto, pode-se considerar que um dos maiores problemas acerca da ENEF está no alcance do programa e na falta de conhecimento da população a respeito desse tema tão importante. Isso se deve principalmente à falta de incentivo e propagação do programa criado, ou seja, a informação sobre todos os projetos que existem no tocante à educação financeira não é de conhecimento geral da população e principalmente da parcela das classes sociais mais baixas, que são (ou deviam ser) o público alvo do programa.

Sendo assim, apesar de haver a possibilidade de melhoria dentro do próprio programa já existente, com alguns desses pontos levantados durante o questionário usado nesse estudo, como a inclusão do tópico nas escolas e revisão acerca da forma em que é incluído nas universidades, isso acaba não sendo tão relevante quanto a falta de propagação da informação que, como consequência, traz a falta de conscientização da população em como cuidar do seu próprio dinheiro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou posicionar o Brasil frente a grandes economias mundiais, com o intuito de avaliar a situação dos atuais programas existentes na ENEF e analisar o que ainda pode ser feito para aprimorá-los.

Através da comparação das estratégias adotadas em cada um dos países estudados, foi possível concluir que a evolução do tema no Brasil é perceptível e que a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira se tornou um grande passo para o país. No entanto, há muitas mudanças a serem feitas para atingir um alto nível de educação financeira, tanto no âmbito da melhoria dos programas já existentes quanto na disseminação da informação para a população.

Foi possível observar que as principais diferenças entre o Brasil, Nova Zelândia, Canadá e Austrália estão na forma que a ENEF é apresentada para a população, ou seja, as diferenças estão, principalmente, na introdução do tema para as crianças e jovens nas escolas e no acesso.

Quanto a introdução de conceitos de educação financeira nas escolas, se houver apoio do MEC para efetivação da implementação, como previsto na ENEF, isso poderia significar a entrada da educação financeira na grade curricular das escolas brasileiras de forma definitiva e representaria um avanço significativo para o país, que poderia aumentar consideravelmente a quantidade de pessoas financeiramente alfabetizadas.

Já nos resultados da análise do questionário em relação a divulgação da ENEF, observou-se que boa parte das pessoas desconhece a possibilidade de participar desses programas, que poderiam, de forma individual, ajudar o cidadão a tomar melhores decisões e atuar na gestão do seu patrimônio de forma eficiente. Além disso, poderiam ajudar a alavancar a economia brasileira como um todo devido a ampliação do uso de serviços financeiros.

As limitações desse estudo estão na amostra utilizada no questionário, que poderia ser maior, e na falta de material encontrado para ser usado na análise comparativa.

Sugere-se que, para maior aprofundamento do assunto em estudos futuros, seja aplicado novo questionário, com ampliação da amostra utilizada, maior quantidade de perguntas acerca do tema e com a adição de perguntas socioeconômicas, para que novos paralelos possam ser traçados a partir delas. Sugere-se também que novos estudos comparativos sejam feitos ocasionalmente para acompanhar a evolução da educação financeira brasileira quando comparada a de outros países.

REFERÊNCIAS

AEF-Brasil. **RELATÓRIO TÉCNICO FINAL PROJETO PILOTO PROGRAMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: ENSINO FUNDAMENTAL**. São Paulo 2015/2016. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_Piloto_Ensino_Fundamental_Relatorio_Final_2016.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta. **Educação Financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Trabalhos para Discussão do Banco Central. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021

ARAÚJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flávio Esteves. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2021

ASIC. **National Financial Literacy Strategy 2014–17**. 2014. Disponível em: <<https://www.financialcapability.gov.au/files/national-financial-literacy-strategy-2014-17.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021

ASIC. **National Financial Capability Strategy 2018**. Documento disponibilizado em 2018 com atualização de dados em 2020. Disponível em: <<https://www.financialcapability.gov.au/strategy/download/national-financial-capability-strategy-2018.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021

ASIC. **REPORT 229: National financial literacy strategy**. 2011. Disponível em: <<https://download.asic.gov.au/media/1343576/rep229-national-financial-literacy-strategy.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. **Measuring Financial Literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study**. 2012.

Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/measuring-financial-literacy_5k9csfs90fr4-en>. Acesso em: 15 ago. 2021

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BRASIL: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2010. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021

BM&FBOVESPA. **RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROJETO PILOTO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS**. 2012. Disponível em: <

https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021

CFFC. **National Strategy for Financial Literacy 2012**. Disponível em: < <https://cffc-assets-prod.s3.ap-southeast-2.amazonaws.com/public/Uploads/National-Strategy/PDFs/eac6a5c3ff/National-Strategy-for-Financial-Literacy-2012.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2021

CFFC. **The National Strategy for Financial Capability 2021-2024**. Disponível em: < <https://cffc-assets-prod.s3.ap-southeast-2.amazonaws.com/public/Uploads/National-Strategy/National-Strategy-2021-booklet.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2021

CROSSAN, Diana; FESLIER, David; HURNARD, Roger. **Financial Literacy and Retirement Planning in New Zealand**. Center for Research on Pensions and Welfare Policies, 2011.

DORNELA, Fernanda Junia; TEIXEIRA, Fábio André; COSTA, Ricardo Freitas Martins; SANTOS JUNIOR, Walter Luiz. **Educação Financeira: aprendendo a lidar com dinheiro**. Revista Raízes e Rumos. Rio de Janeiro, v. 2, p. 96-155, 2014.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. 2010. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp>>. 2010. Acesso em: 11 ago. 2021

ENEF. ORIENTAÇÃO PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS.

Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>> Acesso em: 24 out. 2021

ENEF. Plano Diretor - Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2021

FCAC. Financial literacy background – Task Force on Financial Literacy. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/financial-literacy-history.html>>. Acesso em: 15 out. 2021

FCAC. Implementing the National Strategy for Financial Literacy - Count me in, Canada. Progress report 2015-2019. FCAC Research and Policy, 2019. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/progress-report-financial-literacy.html#toc5>>. Acesso em 10 fev. 2021

FCAC. Managing Money and Planning for the Future: Key Findings from the 2014 Canadian Financial Capability Survey. FCAC Research and Policy, 2015. Disponível em: <<https://www.canada.ca/content/dam/canada/financial-consumer-agency/migration/eng/resources/researchsurveys/documents/managing-money-key-findings.pdf>>. Acesso em 15 out. 2021

FCAC. MAKE CHANGE THAT COUNTS: National Financial Literacy Strategy 2021 – 2026. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/financial-literacy-strategy-2021-2026.html>>. Acesso em 15 set. 2021

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2021

GOVERNO DO CANADÁ. **Financial literacy background**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/financial-literacy-history.html>>. Acesso em: 20 out. 2021

KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria; OUDHEUSDEN, Peter Van. **Insights from the standard & poor`s ratings services global financial literacy survey**. Financial literacy around the world, 2015. Disponível em: <https://responsiblefinanceforum.org/wp-content/uploads/2015/12/2015-Finlit_paper_17_F3_SINGLES.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021

KRÜGER, Fernanda. **AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ORÇAMENTO FAMILIAR**. TCC para obtenção de título em Tecnólogo em Processos Gerenciais – Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP). Concórdia – SC, 2014.

LUCCI, Cintia et al. **A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE CONSUMO E INVESTIMENTO DOS INDIVÍDUOS**. IX SEMEAD - Seminários em Administração, 2006.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia. **Financial Literacy Around The World: An Overview**. 2011. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w17107>>. Acesso em: 11 out. 2021

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia. **Financial literacy and retirement planning in the United States**. Journal of Pension Economics and Finance, Cambridge University Press, v. 10, n. 04, p. 509-525, 2011.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Financeira**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>>. Acesso em: 02 ago. 2021

MEDEIROS, Natane de Cássia Leivas; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; ADAMY, Ana Paula do Amaral; COLPO, Iliane. **Um levantamento dos artigos publicados no SEMEAD sobre o tema Finanças Comportamentais**. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 18., 2015, São Paulo. Anais... São Paulo, 2015.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 16 out. 2021

OECD. **Advancing National Strategies for Financial Education**. A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD. 2013. Disponível em:

<http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2021

OECD/CVM. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. 2005. Disponível em: <

[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2021

OLIVEIRA, Anesandra Eliza et al. **A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar: uma amostra do projeto implantado na UNESPAR**. 2014.

Disponível em: < http://www.fecea.br/ecopar/uploads/21-31-14-Artigo_Ecopar_A_importancia_da_Educacao_Financeira_no_contexto_escolar_e_familiar.pdf>. Acesso em 10 set. 2021

PRESTON, Alison. **Financial Literacy in Australia: Insights from HILDA Data**. UWA Business School, 2020. Disponível em:

<<https://www.financialcapability.gov.au/files/financial-literacy-in-australia-insights-from-hilda-data.pdf>>._Acesso em 08 abr. 2021

RETIREMENT COMMISSION. **The National Strategy for Financial Capability**.

Disponível em: <<https://retirement.govt.nz/financial-capability/national-strategy/>>. Acesso em 16 out. 2021

ROGERS, Pablo; FAVATO, Verônica; SECURATO, José Roberto. **Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: Um estudo a luz das finanças comportamentais**. Conference: II Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2008.

SANTANA, Marcos Vinicius Sousa. **Educação Financeira do Brasil: Um estudo de caso**. 2014. Disponível em: <<http://www.mestradoemadm.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Marcus-Vinicius-Sousa-Sant-Ana.pdf>> Acesso em: 03 out. 2021

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, Cleber. **Qualidade de Vida e Educação Financeira na Realidade Brasileira**. Celos, 2019. Disponível em : <<https://www.celos.com.br/site/artigo-qualidade-de-vida-educacao-financeira-realidade-brasileira/2/>>. Acesso em 14 ago. 2021

SILVA, Sérgio Roberto et al. **A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX SEGET 2012. Resende, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2021

SUSEP. PORTAL SUSEP DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **FBEF - Apresentação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira**. Disponível em: <<https://www.meufuturoseguro.gov.br/apresentacao/fbef>>. Acesso em 22 set. 2021

TAYLOR, Sharon M. T; WAGLAND, Suzanne. **The Solution to the Financial Literacy Problem: What is the Answer?** Australasian Accounting, Business and Finance Journal, 7(3), 2013, 69-90.

TINÉ, Sandra. **Educação Financeira é tema do Educação no Ar**. Youtube, 07 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H3fXvD548Io>>. Acesso em: 24 out. 2021

VIDA E DINHEIRO. **ENEF - Estratégia nacional de educação financeira**. Disponível em:<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef>>. Acesso em 17 ago. 2021

World Health Organization Quality of Life Group (WHOQL). **Measuring Quality of Life**. WHO/MSA/MNH/PSF/97.4, 1997.

WORTHINGTON, Andrew C. **Financial Literacy and Financial Literacy Programs in Australia**. Griffith Business School Discussion Papers – Finance, 2013. Disponível em: <<https://research-repository.griffith.edu.au/bitstream/handle/10072/390302/2013-05-financial-literacy-and-financial-literacy-programs-in-australia.pdf>>. Acesso em 12 set. 2021

ANEXO

Questionário para Monografia

Essa pesquisa foi elaborada com o intuito de observar o conhecimento das pessoas acerca da Estratégia Nacional de Educação Financeira e de seus programas com o objetivo de compreender se a divulgação da ENEF é suficiente ou se precisa de mais cuidado. Obs: Não haverá nenhum tipo de identificação do entrevistado nessa pesquisa, garantindo o anonimato dos respondentes.

Questão 1: Você já ouviu falar da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)?

- Sim
- Não

Questão 2: Se não, gostaria de aprender mais sobre educação financeira e, portanto, como administrar melhor o seu dinheiro?

- Sim
- Não

Questão 3: Você acha que o Brasil devia inserir esse tipo de assunto já nas escolas ou devia ser um tópico tratado apenas em universidades e outros programas externos?

- Escolas
- Universidades e outros programas

Questão 4: O que você acha sobre a divulgação/propaganda do governo acerca da ENEF?

- Boa
- Mediana
- Ruim

Questão 5: Você acha que uma maior divulgação sobre os programas e ações desenvolvidos pela ENEF faria mais pessoas se interessarem pelo tema?

Sim

Não

Questão 6: Você cursa/cursou algum curso da área de negócios (Administração, Contabilidade, Economia e afins)?

Sim

Não